

A unidade estrutural do Método Cartesiano: continuidade entre as *Regulae* e o Discurso do Método

The Structural Unity of the Cartesian Method: Continuity between the Regulae and the Discourse on Method

Cicero Laclércio Rodrigues da FONSECA
Doutorando em Filosofia pela Unicamp/Panthéon
Sorbonne Paris-1 e professor do Colégio de Aplicação
da Universidade Federal de Pernambuco.
E-mail: cicero.lrfonseca@ufpe.br

RESUMO:

O presente artigo examina a concepção de método na filosofia de René Descartes a partir da análise das relações entre as formulações presentes nas *Regulae ad Directionem Ingenii* e no *Discurso do Método*. Embora essas obras sejam frequentemente interpretadas como pertencentes a momentos distintos do desenvolvimento intelectual cartesiano, sustenta-se aqui que elas apresentam uma continuidade estrutural fundamental. O problema central consiste em determinar se a doutrina metodológica exposta no *Discurso do Método* representa uma reformulação ou uma expressão simplificada de princípios já articulados nas *Regulae*. A análise baseia-se na leitura direta dos textos cartesianos, sobretudo na edição de *Œuvres de Descartes*, e no diálogo com intérpretes como Martial Guéroult, Henri Gouhier e Lewis White Beck. A partir da reconstrução das quatro regras do método apresentadas no *Discurso*, examinam-se suas correspondências conceituais com passagens centrais das *Regulae*. A investigação demonstra que os princípios de evidência, análise, ordem e enumeração — formulados de maneira sintética no *Discurso* — já se encontram sistematicamente desenvolvidos na obra anterior. Essa continuidade indica que o método cartesiano não deve ser compreendido como produto de um momento específico, mas como um quadro teórico coerente e duradouro que estrutura o projeto filosófico de Descartes. Conclui-se que o método desempenha a função de eixo estrutural da filosofia cartesiana, assegurando tanto a unidade de seus fundamentos teóricos quanto sua aplicabilidade a diferentes domínios do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: método, *Regulae*, *Discurso*, Descartes.

ABSTRACT:

This article examines the concept of method in the philosophy of René Descartes by analyzing the relationship between the *Regulae ad Directionem Ingenii* and the *Discourse on Method*. While these works are often treated as belonging to distinct stages in Descartes' intellectual development, this study argues that they exhibit a fundamental structural continuity. The central problem addressed is whether the methodological doctrine presented in the *Discourse* represents a reformulation or a simplified expression of principles already articulated in the *Regulae*. Through a close textual analysis grounded in the Adam and Tannery edition of Descartes' works and informed by interpretations from scholars such as Martial

Guérault, Henri Gouhier, and Lewis White Beck, the article reconstructs the four rules of method presented in the *Discourse* and examines their conceptual correspondence with key passages in the *Regulae*. The analysis demonstrates that the principles of evidence, analysis, order, and enumeration—formulated in a concise manner in the *Discourse*—are already systematically developed in earlier work. This continuity indicates that the Cartesian method should not be understood as a product of a specific moment, but rather as a coherent and enduring framework underlying Descartes' philosophical project. The article concludes that the method functions as a structural axis of Cartesian philosophy, ensuring both the unity of its theoretical foundations and its applicability across different domains of knowledge.

KEYWORDS: method, *Regulae*, *Discourse*, Descartes.

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o método ocupa um lugar central na filosofia de René Descartes, constituindo-se como elemento fundamental para a compreensão de seu projeto de fundamentação do conhecimento. Desde as *Regulae ad Directionem Ingenii*¹ (obra inacabada da juventude, provavelmente escrita em 1628, que não foi publicada em vida) até o *Discurso do Método*² (1637), Descartes busca estabelecer regras que orientem o entendimento na investigação da verdade, assegurando clareza, ordem e certeza no processo de aquisição do saber. Nesse sentido, o método não aparece apenas como um conjunto de procedimentos técnicos, mas como condição necessária para o desenvolvimento da ciência e para a superação dos limites impostos pela tradição escolástica.

Embora essas duas obras pertençam a momentos distintos da vida de Descartes — sendo as *Regulae* um texto de juventude e o *Discurso* uma obra madura e publicada —, ambas apresentam uma preocupação comum: a elaboração de um método universal (*mathesis universalis*) aplicável a todos os domínios do conhecimento. Essa proximidade levanta uma questão interpretativa relevante: em que medida o método exposto no *Discurso do Método* pode ser compreendido como uma continuidade daquele desenvolvido nas *Regulae*, e em que medida ele representa uma reformulação ou simplificação de princípios anteriormente estabelecidos?

O presente artigo tem como objetivo analisar as quatro regras do método apresentadas no *Discurso do Método*, buscando compreender suas principais características e estabelecer suas relações com as formulações das *Regulae*. Parte-se da hipótese de que, apesar das diferenças de exposição e de grau de

¹ As citações da obra de Descartes serão feitas a partir da edição standard das obras de Descartes: **Œuvres de Descartes**, Adam, C. et Tannery, P. Paris, Vrin, 1897. 12 vols. As citações se darão da seguinte forma: primeiro as iniciais dos autores, número do volume e página. Exemplo: (A.T. VI, p. 17). Nas citações, onde não constar a linha, é porque nossa citação é indireta, referindo-se a uma ideia do texto, contudo, sem citá-lo *ipsis litteris*. Quando não houver indicação de quem é a tradução, que fique subentendido que a tradução é nossa.

² Doravante apenas *Discurso*.

elaboração entre as duas obras, há uma unidade fundamental na concepção cartesiana de método, que se manifesta na permanência de princípios como a evidência, a análise, a ordem e a enumeração.

Para desenvolver essa análise, o texto está organizado em quatro momentos principais, correspondentes às quatro regras do método. Em cada uma dessas seções, procura-se não apenas explicitar o conteúdo da regra no *Discurso*, mas também indicar suas relações com passagens das *Regulae*, de modo a evidenciar a continuidade entre as duas obras. Ao final, pretende-se mostrar que o método cartesiano, longe de ser uma formulação ocasional, constitui um eixo estruturante de toda a filosofia de Descartes. O método mantém uma coerência interna que permite sua aplicação às mais diversas áreas do conhecimento, objetivo maior de Descartes a respeito do método.

AS REGRAS DO MÉTODO NO *DISCURSO*

Após apresentar as quatro regras do método na segunda parte do *Discurso*, regras essas que devem guiar o espírito na busca da verdade, Descartes diz “imaginar que todas as coisas que podem cair sob o conhecimento dos homens encadeiam-se da mesma maneira” (A.T. VI, p. 19). O nosso autor parece ter uma nítida pretensão de propor uma unidade do conhecimento ou, pelo menos, de procurar um elemento que o permita chegar a todo conhecimento possível. Descartes “se propõe a descobrir um centro de conhecimento” como pensa Natorp (1896, p. 418). Desse modo, o núcleo central do *Discurso*, que consiste, para nós, na exposição das regras do método, assume a função de fundamentar as descobertas que Descartes fez nas ciências e que são demonstradas nos *Ensaio*s subsequentes. Ademais, os ensaios são partes constituintes do método. Eles são a execução do método.

Dito isso, é preciso, em primeiro lugar, alocar o método em seu devido lugar, conferindo-lhe toda a importância que tem, mas sem elevá-lo além do que ele é.

Colocar o método como elemento central do *Discurso* não é exatamente superestimá-lo, mas dizer que é dele que depende a realização da ciência, pois ele apenas organiza o pensamento, que já estava lá, na figura do cogito. Ou seja, é o método quem organiza o pensamento e no plano metodológico de desenvolvimento da ciência, ele vem em primeiro lugar. Contudo, o agente que faz a ciência através da aplicação do método o antecede, mas em outro plano, o epistemológico.

Assim, para efeito de compreensão didática, talvez nos seja permitido fazer uma breve analogia com a teoria do Ato/Potência de Aristóteles (2014, pp. 395-431). O homem, como animal racional, é, em potência, capaz de fazer ciência; porém, para a efetivação dessa potência, ele precisa atualizá-la através do método, que estrutura esse pensamento e dá a ele um caráter sistemático que parte das primeiras

verdades às mais complexas e posteriores; ou ainda, que parte das intuições mais simples até chegar, pela via da dedução, às verdades mais complexas das ciências.

Por outro lado, não se pode menosprezar a importância do método, já que é dele que deriva toda a obra produzida por Descartes e sem ele não seria possível ciência. A função do método é edificar uma ordem e permitir o conhecimento evidente sobre as coisas às quais o entendimento se detém.

Admitida essa função, cabe analisar em que consiste exatamente esse método de Descartes e compreender suas principais características. Por ocasião disso, devemos percorrer outros escritos de Descartes em que ele fundamenta melhor conceitos que aparecem sem muitas determinações no *Discurso*, mas que conservam claramente o mesmo sentido empregado lá. Mostraremos que a ideia de um método geral para as ciências acompanha toda produção cartesiana, e já nas *Regulae*, obra de juventude, é possível vê-lo exposto e definido. Muito embora no *Discurso* apareça mais condensado, somos da opinião de que o método dessa obra é manifestadamente derivado daquele das *Regulae*. Vejamos como em 1628, Descartes define o método:

Entendo por método, regras *certas e fáceis*, que permitem a quem exatamente as observar nunca tomar por verdadeiro algo de falso e, sem desperdiçar inutilmente nenhum esforço da mente, mas aumentando sempre gradualmente o saber, atingir o conhecimento de tudo o que será capaz de saber. (A.T. X, pp. 371-372) (grifo nosso).

Uma das grandes preocupações de Descartes ao expor seu método parece sempre ter sido a necessidade de demonstrar claramente duas das suas características essenciais: simplicidade e eficiência. O método deve ser tão simples que não há quem não o compreenda, por isso foi reduzido a quatro regras básicas no *Discurso*, e nessa perspectiva se distancia da lógica, composta por muitos preceitos; deve também ser eficiente, permitindo que seja aplicado a qualquer matéria que possa cair sob o entendimento humano e que assegure que o resultado da pesquisa, via método, seja sempre o melhor possível. Seguir essas duas características assegura que nada tenha sido omitido da cadeia de razões, e, principalmente, não tomar por verdadeiro algo falso.

A simplicidade desse método encontra-se mais claramente demonstrada no *Discurso*, onde são apresentadas as quatro regras fundamentais. É importante que analisemos a estrutura de cada uma das regras individualmente, observando, sobretudo, o que elas guardam do que foi exposto nas *Regulae*.

A Primeira Regra

A primeira regra clama inicialmente para “nunca aceitar alguma coisa como verdadeira sem que se conhecesse evidentemente como tal” (A.T. VI, p. 18). O princípio da evidência deve substituir o da

autoridade e passar a ser o novo critério da verdade. Portanto, é necessário percorrer o caminho que o entendimento, e apenas ele, é capaz de construir pelas suas próprias operações cognitivas para se chegar à verdade dos enunciados e das coisas (Landim, 1992, pp. 11-35). Se aquilo que se apresenta ao entendimento for reconhecido com clareza e distinção, é, necessariamente, verdadeiro (A.T. VII, p. 35). Essa autonomia da razão, invocada por Descartes, tem como fundamento assegurar que a ciência e a filosofia sejam, a partir de agora, produtos da descoberta de uma mente atenta, de uma investigação que preze mais a clareza e distinção do que os ensinamentos propagados pela *Escola*. A evidência é estabelecida por Descartes como o primeiro elemento que oferece o critério de validade e certeza sobre o conhecimento que obtemos. Conforme observam Flage e Bonnen, “os princípios conhecidos pela luz natural são evidentes; eles fornecem a base epistêmica para qualquer esclarecimento posterior.” (1999, p. 33).

Ora, parece claro que Descartes pretende assegurar que, dentro do limite de nossa inteligência, o conhecimento que temos das coisas tem que ser certo (Guérout, 1968, p. 19). É manifesto que, do ponto de vista de Descartes, é preferível conhecer pouco, mas ter certeza do que se conhece, do que permanecer no âmbito do vasto conhecimento apenas verossímil e tomá-lo por verdadeiro como a tradição fez, e como a Escola insistia em manter, apoiando-se na autoridade dos escritos de Aristóteles.

O segundo preceito fundamental da primeira regra é o de “evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção” duas causas comuns dos erros. Evitar a precipitação consiste em nunca julgar prematuramente, sem que a mente tenha instaurado a investigação cuidadosa; ou seja, deve-se evitar dar o assentimento a qualquer coisa sem que seja feita a reflexão necessária a isso.

A preocupação de Descartes é a de eliminar a possibilidade do erro pelo julgamento antecipado. Dito de outro modo, o intento é o de evitar o erro ao estabelecer juízos sobre aquilo que não se conhece com clareza e distinção, ou que não se manifesta a nós evidentemente. Por outro lado, a prevenção consiste na causa do erro quando o entendimento é afetado pelas paixões e se deixa dominar por essas. Assim, é fundamental vencer, além da autoridade exterior, as volições internas, que são imensas e estão na ordem da imaginação e das paixões que, quando mal regradas, inibem a liberdade do espírito para bem julgar.

Assim, toda a primeira regra consiste essencialmente em assegurar que todo o conhecimento resulte necessariamente de uma concepção tão iluminada pela luz natural, que seja impossível não a tomar como verdadeira, uma vez que se mostrou clara e distinta a completa compreensão que temos dela. Ou seja, a regra consiste essencialmente em assegurar que todo conhecimento deve partir de uma intuição, conforme a definição dada por Descartes na III regra das *Regulae*:

Por intuição entendo, não uma convicção flutuante fornecida pelos sentidos ou o juízo enganador de uma imaginação de composições inadequadas, mas *o conceito da mente pura* e atenta tão fácil e distinto que nenhuma dúvida nos fica acerca do que compreendemos; ou então, o que é a mesma coisa, o conceito da mente pura e atenta, sem dúvida possível, que nasce apenas da luz natural da razão e que, por ser mais simples, é ainda mais certo do que a dedução, se bem que esta última não possa ser mal feita pelo homem. (A.T. X, p. 368) (grifo nosso).

A intuição é uma compreensão que não falha, porque é o puro ato do pensamento e se conserva como a mais manifesta certeza que se adquire, porque ela dispensa qualquer outro meio de aquisição que não seja a da aplicação da própria mente. Uma intuição é tão evidente que não carece de demonstração. Uma vez que ela é impossível de ser analisada, é de natureza completamente simples, e é impossível que seja compreendida erradamente; tal qual o fato de que o triângulo tem três lados, ou que eu sou, eu existo (A.T. VII, p. 25).

A certeza da intuição é anterior ao método, é inata, lógica. Aliás, é a própria certeza de que a intuição não falha que assegura a possibilidade de um método. Porque ele consiste, inicialmente, em descobrir as intuições e apoiar-se nelas, a fim de seguir até as questões complexas, onde o método já é necessário, pois é na compreensão dessas questões complexas que reside a aquisição da ciência (função maior do método) e que não pode se dar sem ele. Por isso, o método tem como um de seus objetivos, transmitir o nível de certeza que se tem de uma intuição para as questões complexas.

No que diz respeito à paridade entre o método no *Discurso* e nas *Regulae*, Hamelin considera que tanto a primeira regra do método exposta no *Discurso*, quanto as regras I, II e III das *Regulae*, assumem uma característica diferente das subsequentes nas respectivas obras. Para ele, os preceitos dessa primeira regra não consistem, propriamente, na exposição de procedimentos para aquisição do conhecimento, mas antes, apresentam mais uma espécie de indicação do objetivo do conhecimento do que o modo de proceder para alcançá-lo (Hamelin, 1921, p. 64). Assim, há um caráter metafísico nessas regras que não se encontra nas outras de modo tão manifesto, Hamelin cita esse problema metafísico, mas não o trata adequadamente, haja vista que explica em poucas linhas. Sua análise a esse respeito centra-se na afirmação de que a regra da evidência é uma regra que relaciona o método também com a metafísica, e por isso é preciso também que se pergunte se o método é identificado, pelo menos em algumas partes, com uma teoria do conhecimento (Hamelin, 1921, p. 64). Não nos interessa aqui levar esse questionamento de Hamelin adiante e tentar dissertar sobre ele, mais importante agora é reforçar a ideia da relação entre as duas obras de Descartes onde ele expõe o método, até porque o próprio Hamelin não oferece argumentos suficientes para tratar esse tema como merecido.

Beck, por sua vez, tem uma leitura semelhante à de Hamelin. No entanto, ele faz uma comparação que diz ser grosseira e não coloca a regra I das *Regulae* juntamente com a II e III, quando diz

que elas são basicamente a primeira regra do *Discurso*, ao contrário do que fez Hamelin. Seu comentário não vai além disso (Beck, 1952, p. 149).

A Segunda Regra

A segunda regra do Método propõe dividir cada uma das dificuldades que se examinasse em tantas parcelas quanto fosse possível e necessário para melhor resolvê-las (A.T. VI, p. 18). A decomposição das dificuldades assegura que cada uma delas seja compreendida isoladamente em seus elementos simples. Esse procedimento analítico opera considerando cada elemento da cadeia separadamente e procurando as condições que possam garantir a melhor solução possível para cada um dos problemas. A análise é um procedimento indispensável para o perfeito uso do método, a necessidade de dividir as dificuldades é o caminho para se chegar à distinção das ideias. Ao dividir as dificuldades o objeto estudado apresenta-se em suas condições elementares e assim temos a intuição, que é a primeira verdade epistemológica, de onde todo o conhecimento é erguido.

O procedimento analítico é o principal elemento da segunda regra, e embora já bastante usado na matemática, a pretensão de Descartes era mostrar que ele poderia ser utilizado em todas as áreas do saber, o que seria uma ousada e exclusiva proposta cartesiana (Battisti, 2010, pp. 572). A análise, mais do que uma operação da matemática, é uma operação da razão, tanto que após as primeiras investidas Descartes passa a crer ser possível aplicá-la a todas as ciências, inclusive na metafísica. Nas *Respostas às Segundas Objeções*, diz ele: “quanto a mim, segui somente a via analítica nas minhas *Meditações*” (A.T. IX, p. 122). Embora nessa passagem estivesse se referindo às *Meditações Metafísicas*, Descartes também empreendeu a análise no *Discurso*, inclusive é lá que ele a estabelece como uma das regras do método.

A análise, diz Descartes “mostra o verdadeiro caminho pelo qual uma coisa foi metodicamente descoberta e revela como os efeitos dependem das causas” (A.T. IX, p. 121). Desse modo, aquele que seguir a análise metodicamente e tiver o cuidado de nada omitir, deverá partilhar da certeza das descobertas de outros, como se fosse ele próprio o descobridor. Processar sempre as informações a partir da decomposição buscando clarificar os elementos mais simples é o essencial do procedimento analítico. Muito embora não se possa atribuir a Descartes a origem do método analítico, haja vista que os antigos já trabalhavam com esse procedimento na matemática, certo é dizer que foi ele o primeiro a propô-lo como método para qualquer conhecimento.

É pela via analítica que Descartes desenvolve toda a sua epistemologia e metafísica, se no *Discurso* ela aparece definida em apenas três linhas, no conjunto da obra ela sustenta os principais pilares. Veja-se nas *Meditações* onde é demonstrada a *res cogitans*, a existência de Deus, da Alma e do Mundo,

sempre por essa via. Para Andrade, “a análise permite uma demonstração que inscreve os princípios da metafísica em uma rede de implicações ontológicas, mediante a qual eles podem ser apreendidos ordenadamente, segundo os seus respectivos graus de prioridade.” (Andrade, 2009, p. 165). Destarte, ainda partilhando da compreensão de Andrade, o método de análise “permite uma construção de uma demonstração sem apoiá-la em axiomas; restando conclusivo, portanto, nesse método uma ótima via para demonstrar os princípios fundamentais da metafísica.” (Andrade, 2009, p. 164).

Essa segunda regra do *Discurso*, juntamente com a terceira, guarda essencialmente o mesmo procedimento que Descartes estabelece na Regra V das *Regulae*, desse modo, nas suas palavras “a doutrina metodológica é essencialmente a mesma” (Beck, 1952, pp. 149-150). A interpretação de Beck vai mais longe e defende que não se pode falar em duas doutrinas do método, ou mesmo de dois estágios da doutrina (1952, p. 151). A sua posição é a de que o método se mantém praticamente inalterado, e que a concepção primária de Descartes (A.T. X, pp. 378-381) acerca do método é substancialmente a mesma da obra de 1637. Compartilhando da posição de Beck, acreditamos que é possível analisar a segunda regra do *Discurso* a partir da V das *Regulae*; uma vez que elas guardam uma relação muito próxima de continuidade e complementariedade.

Na epígrafe da regra V das *Regulae*, Descartes sugere reduzir gradualmente as proposições complicadas às mais simples até que essas sejam intuições, de onde se possa reconstruir todo o conhecimento e desenvolver proposições verdadeiras, ou podemos dizer que a regra V sugere em um momento o procedimento analítico para descobrir as naturezas simples. Posteriormente, a mesma regra aponta a necessidade de conduzir o pensamento passo a passo como por degraus até se chegar ao conhecimento de todas as coisas que pode a empresa humana, já aqui parece operar a síntese. Apenas nisso consiste o método. É o que diz Descartes ao abrir essa regra.

A Terceira Regra

Se a análise é, essencialmente, o procedimento adotado pela segunda regra para resolução dos problemas, a terceira deve operar recompondo os conhecimentos até se chegar às conclusões que podem ser extraídas do conjunto desses dois procedimentos. Por isso diz a terceira regra “conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos” (A.T. VI, p. 18). O movimento da terceira regra é o oposto à segunda, no sentido de que aquela deveria decompor o todo e averiguar as partes, enquanto essa regra deve partir desses elementos decompostos e reerguer o todo, agora contendo uma compreensão de cada uma das etapas do processo. Por isso pode-se dizer que essa regra tem como

característica fundamental a síntese, já que deve operar na unificação das verdades que foi possível se descobrir pela aplicação da regra anterior.

Dessa forma, a regra V das *Regulae* mantém uma coerência com a segunda e terceira regras do *Discurso*, de modo que nessa última obra, Descartes retoma o que havia dito anteriormente e apura o essencial para sua doutrina metodológica tornando-a mais madura, mais clara e mais objetiva. A segunda e a terceira regras do *Discurso* contêm uma complementariedade fundamental, enquanto a segunda regra propõe a divisão das dificuldades para melhor resolvê-las, a terceira indica a necessidade de conduzir os pensamentos por ordem, do mais simples (intuição) aos mais compostos (deduções).

Assim, o percurso analítico apontado na segunda regra é desenvolvido pela terceira. Nessa última regra também observamos o que podemos chamar de procedimento de recomposição das verdades descobertas ou procedimento sintético do método cartesiano. O percurso dessa regra permite que o conhecimento que era até então de intuições, possa agora se apoiar em deduções derivadas dessas intuições. Os critérios de certeza dessas podem ser transferidos àquelas, desde que se obedeçam aos rigores do método.

A metáfora do fio de Teseu citada por Descartes (A.T. X, p. 379-380) é bastante ilustrativa para referir-se ao procedimento metódico que ele adota na busca da ciência. Se ao penetrar o labirinto Teseu o fez conduzindo um novelo de lã com o objetivo de não se perder e ter seguro seu caminho a percorrer do começo ao fim; Descartes, com seu método, estabelece a ordem e a disposição dos objetos para quem deseja chegar ao conhecimento da verdade nas ciências. O procedimento de reduzir as dificuldades até que elas possam ser compreendidas distintamente, para assim assegurar um conhecimento pela via da intuição, e de partir dessas verdades descobertas intuitivamente a fim de progredir até que apresentando-se possa extrair dedutivamente as verdades subsequentes é o próprio percurso metódico. Da mesma maneira que o novelo de lã de Teseu o permitiu entrar e sair do labirinto com segurança, o método de Descartes o possibilita chegar ao conhecimento das coisas complexas porque todo o percurso foi realizado sem que se tenha perdido a relação das primeiras verdades com as últimas.

Ora, o procedimento do método assegura não apenas as descobertas ou invenções da verdade, mas principalmente sua comunicação, uma vez que qualquer um que seguir o mesmo caminho que Descartes seguiu, pelo método, poderá por si só chegar às mesmas verdades. O método, que era a firme e constante resolução de usar sempre o espírito da melhor forma possível, passa a ter o poder de universalização do conhecimento científico dele extraído; e, pelo procedimento sintético da terceira regra, pode compor definições, axiomas e teoremas que podem “demonstrar, na verdade, claramente o que está contido em suas conclusões.” (A.T. IX, p. 122).

A Quarta Regra

A quarta e última regra do método, no *Discurso*, serve como uma reafirmação de que a análise e a síntese devem ser contínuas no método. O objetivo dessa regra é revisar o que já se descobriu para assegurar que nada fique omitido na pesquisa, e que nenhum elemento posterior possa ser observado sem que se tenha total conhecimento dos intermediários que permitiram se chegar a ele. Dessa forma, o método, quando concluído, parece consistir numa organização estrutural da lógica, portanto, da razão, para a descoberta científica. Podemos dizer também, como Gouhier, que “o método cartesiano é uma reflexão sobre a razão bem conduzida; a razão é bem conduzida graças ao método” (Gouhier, 1973, p. 76).

Ainda que não se possa falar no método cartesiano como uma razão pura nos moldes kantianos, é possível observar que a intenção de Descartes ao estabelecer as quatro regras do método no *Discurso* é mostrar como a razão opera isolada de qualquer matéria a que ela possa se deter. A razão nunca falha, enquanto estiver fundamentada unicamente na lógica. A lógica é a ferramenta que o entendimento usa para descobrir as verdades por si próprio. Caso assim não fosse, seria impossível falar em ciência e certeza no conhecimento humano, e a matemática, ciência mais elementar, por ser a mais próxima da lógica, não poderia sustentar suas descobertas como verdades inquestionáveis.

Nesse sentido, não é possível falar em erro matemático (por exemplo); o erro não ocorre na ciência matemática, mas antes decorre do mau uso dos preceitos lógicos fundamentais da matemática. Tais características da matemática asseguram a Descartes o exemplo que se deve seguir na busca do conhecimento de tudo que é possível ao espírito humano.

As enumerações tão completas, recomendadas por Descartes na quarta regra, devem assegurar: (i) que nenhuma das etapas seja encadeada de modo impreciso; (ii) que as conclusões sejam extraídas de modo necessário dos elementos intermediários; (iii) que esses elementos intermediários sejam consequentes diretos das primeiras intuições acerca do que se analisa; (iv) que as conclusões mostrem descobertas que não poderiam dar-se sem o compromisso de seguir rigorosamente o processo metódico completo.

A quarta regra do método no *Discurso* segue, essencialmente, o que Descartes determina na VII regra das *Regulae*, aqui, encontramos-la mais bem desenvolvida e apresentada de modo mais claro e explícito, já no caput da regra é dito:

Para completar a ciência, é preciso analisar, uma por uma, todas as coisas que se relacionam com o nosso objetivo, por um movimento contínuo e jamais interrompido

A necessidade da certeza das descobertas exige do método uma exaustiva revisão do que já se sabe. Esse movimento contínuo do pensamento o faz retornar até aos primeiros princípios como uma forma de abrandar as falhas da memória até que se possa percorrer toda a dedução realizada como se fosse uma simples intuição e de modo a não mais precisar recorrer à memória como um elemento que demonstra a relação entre os termos da série.

A enumeração suficiente, a qual Descartes também dá o nome de indução pode ser compreendida como:

Aquela que nos dá a verdade na sua conclusão com mais certeza do que todo outro gênero de prova, salvo a simples intuição. Sempre que não é possível reduzir um conhecimento à intuição, depois de rejeitados todos os encadeamentos dos silogismos, resta-nos unicamente esta via, na qual devemos totalmente acreditar. (A.T. X, p. 389).

Nessa perspectiva, a indução, quando realizada da forma que sugere o método, pode ser outra forma de provar que a cadeia das razões foi estabelecida com firmeza, sendo como que reduzidas a uma intuição, se conseguirmos ver a evidência que ocorre no processo de encadeamento.

Embora o procedimento cartesiano, assim exposto, possa ser semelhante às regras do silogismo aristotélico, é exatamente contra ele que Descartes deseja elaborar o seu método. Imediatamente antes de apresentar suas quatro regras no *Discurso*, ele faz uma crítica à lógica ensinada no colégio de La Flèche, que consistia essencialmente na lógica aristotélica, argumentando que ela serve “mais para explicar aos outros as coisas que se sabem, ou mesmo como a arte de Lúlio, para falar sem discernimento daquelas que se ignoram, do que para aprendê-las.” (A.T. VI, p. 17).

Os resultados do silogismo aristotélico não apresentavam a fertilidade que Descartes buscava para progredir nas ciências e descobrir as verdades úteis à vida. Sua função era meramente, segundo Descartes, assegurar que aquilo que já se sabe é logicamente verdade. Desse modo, o silogismo tinha a função apenas de mostrar se um argumento era válido ou se era uma falácia ou argumento sofisticado, apresentando certezas, geralmente, no que se refere à realidade formal, mas não sendo suficiente para assegurar verdades à vida prática e à ciência útil.

Por outro lado, o método cartesiano, inventivo por natureza, consistia em extrair verdades complexas de intuições elementares como realizado por um movimento contínuo do espírito, sempre em busca dos conhecimentos mais distantes daquelas primeiras intuições, entretanto que só se conhecem mediante a certeza que se tem delas; e pretende, acima de tudo, mostrar “que é possível chegar a

conhecimentos muito úteis à vida, e que, ao invés dessa filosofia especulativa ensinada nas *Escola*, pode-se encontrar uma filosofia prática.” (A.T. VI, pp. 61-62).

As revisões tão gerais, apontadas como procedimento que encerra a quarta regra, devem cumprir a função de percorrer toda a cadeia de razões, uma vez que as razões estão todas encadeadas e se permite conhecer a verdade pela ordem natural e não pela ordem das matérias. Vejamos o que Descartes escreve em carta à Mersenne, datada de 24 de dezembro de 1640:

É de notar, em tudo o que escrevi, que não sigo a ordem das matérias, mas somente aquela das razões, isto é, que não pretendo dizer em um mesmo local tudo o que pertence a uma matéria, porque me seria impossível prová-lo adequadamente, havendo para isso algumas razões que devem ser tiradas de pontos mais distantes que outras; porém, raciocinando por ordem a *facilioribus ad difficiliora*, deduzo o que posso, ora para uma matéria, ora para outra — o que é, na minha opinião, o verdadeiro caminho para adequadamente encontrar e explicar a verdade. (A.T. III, p. 266).

Em última análise, a quarta regra ratifica os princípios da clareza e distinção bem como os de ordem e medida. Seguir a ordem das razões é operar metodicamente, e Descartes parece mesmo ter feito toda a sua obra a partir das quatro regras expostas no *Discurso*, e este contém, em essencial, o que foi exposto mais detalhadamente nas *Regulae*.

Excetuando-se algumas particularidades de interpretações, o método cartesiano apresenta uma unidade interna, e pode aplicar-se a qualquer ciência, até mesmo àquelas mais complexas, como a medicina e a moral.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, buscamos examinar a concepção de método na filosofia de René Descartes a partir da análise das quatro regras expostas no *Discurso do Método*, em constante interlocução com as formulações presentes nas *Regulae ad Directionem Ingenii*. O percurso realizado permitiu evidenciar que, embora haja diferenças de exposição entre essas duas obras — seja pela forma condensada do *Discurso*, seja pelo caráter mais técnico e inacabado das *Regulae* —, os princípios fundamentais do método cartesiano mantêm uma unidade significativa.

Com efeito, a análise da primeira regra mostrou que o princípio da evidência, fundado na clareza e distinção, já se encontra plenamente delineado nas *Regulae*, especialmente na definição de intuição como ato originário do entendimento. Do mesmo modo, as regras da análise e da síntese, tratadas respectivamente na segunda e terceira regras do *Discurso*, revelam-se como desdobramentos de um mesmo procedimento metodológico que, nas *Regulae*, já aparece estruturado na redução às naturezas

simples e na condução ordenada do pensamento. Por fim, a quarta regra, ao insistir na enumeração completa e na revisão contínua das cadeias de razões, reafirma a exigência de totalidade e rigor que caracteriza o método em sua aplicação às ciências.

Torna-se possível sustentar que o método cartesiano não deve ser compreendido como uma formulação ocasional ou restrita a uma obra específica, mas como um eixo estruturante que atravessa diferentes momentos da produção de Descartes, conservando uma coerência interna que permite sua aplicação a diversos domínios do conhecimento. A relação entre as *Regulae* e o *Discurso*, nesse sentido, não indica uma ruptura, mas antes uma continuidade que se expressa por meio de diferentes níveis de elaboração e de apresentação.

Não obstante, essa continuidade não elimina a possibilidade de novas investigações. Permanece em aberto, por exemplo, a necessidade de aprofundar o modo como o método se articula com a metafísica nas *Meditações*, bem como sua aplicação em campos específicos como a física, a medicina e a moral³. Do mesmo modo, uma análise mais detida do estatuto da dedução em relação à intuição, ou ainda das implicações do método para a constituição de uma ciência prática, pode oferecer novos caminhos para compreender o alcance do projeto cartesiano. Assim, longe de esgotar a questão, este estudo pretende contribuir para a retomada de um problema que permanece central na interpretação da filosofia de Descartes.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, É. A Função do Método de Análise na Constituição do Argumento do Cogito nas *Meditações*: uma Leitura do Cogito Através da *Reductio ad Absurdum*. *Veritas* - Porto Alegre, v. 54 n. 2 maio/ago. 2009.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*: vol. II; ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale; tradução para o português Marcelo Perini. – 4. Ed. – São Paulo: edições Loyola, 2014.
- BATTISTI, C. A. O Método de Análise Cartesiano e o seu Fundamento. *Scientia Studia*, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 571-96, 2010.
- BECK, L. J. *The Method of Descartes*. Oxford: Clarendon Press; 1952.
- DESCARTES, R. *Œuvres de Descartes*. Publiées par Charles Adam et Paul Tannery. 11 Volumes. Librairie Philosophique J. Vrin, Paris: 1996.
- FLAGE, D. E. & BONNEN, C. A. *Descartes and Method. A Search for a Method in the Meditations*. London and New York - by *Routledge*. 1999.
- FONSECA, C. L. R. Considerações acerca da morale par provision no *Discurso do Método* de Descartes. *Modernos & Contemporâneos*, Campinas, v. 1, n. 2, p. 190-200, jul./dez. 2017.

³ Publicamos artigo sobre método e moral na revista *Modernos & Contemporâneos* - International Journal of Philosophy da UNICAMP, disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/modernoscontemporaneos/article/view/3267>

GOUHIER, H. *Essays sur le Discours de la Méthode: la Métaphysique et la Morale*. Paris, Vrin, 1973.

GUÉROULT, M. *Descartes Selon l'Ordre des Raisons*. Paris: Aubier, 1968. 2v.

HAMELIN, O. *Le Système de Descartes*. Paris, Félix Alcan, 1921.

LANDIM, R. *Evidência e Verdade no Sistema Cartesiano*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. (Coleção Filosofia, 23).

LIMA, Carlos Henrique Moreira; FONSECA, Cicero Laclécio Rodrigues da. A Óptica de René Descartes e suas contribuições à Ciência Moderna. *Revista Cacto - Ciência, Arte, Comunicação em Transdisciplinaridade Online*, v. 6, n. 1, p. e26020, 2026. DOI: 10.31416/cacto.v6i1.1894. Disponível em: <https://revistas.ifsertoape.edu.br/index.php/cacto/article/view/1894>. Acesso em: 2 maio. 2026.

NATORP, Paul. La métaphysique: Le développement de la pensée de Descartes: Depuis Les «regulæ» jusqu'aux «méditations». *Revue de Métaphysique et de Morale*, v. 4, n. 4, p. 416-432, 1896.



FONSECA, Cicero Laclécio Rodrigues da. A unidade estrutural do Método Cartesiano: continuidade entre as Regulæ e o Discurso do Método. *Kalagatos*, Fortaleza, vol. 23, n.2, 2026, eK26026, p. 01-14.

Recebido: 02/2026

Aprovado: 04/2026